

**Área de Concentração: Direito
Econômico, Financeiro e Tributário
Subárea: Direito Ambiental
Nível: Mestrado**



**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP 2027
Primeira Fase: Prova de Conhecimentos
Jurídicos**

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não permitir a sua identificação.
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2 horas e 30 minutos**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVest se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVest. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, na folha de respostas, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Ambiental**

Pasárgada, uma determinada região do Brasil, viveu um ciclo econômico baseado na mineração, de grande prosperidade, o que lhe permitiu alcançar significativo progresso: construção de grandes casas e monumentos públicos, como teatros, bibliotecas e escolas e uma vida cultural. Sendo uma área afastada de grandes centros urbanos, não se constituíram grandes latifúndios exportadores e os pequenos e médios proprietários produziam alimentos para as cidades locais com certa fartura. A equação econômica permitia que os trabalhadores empregados nas minas ganhassem o suficiente para sua sobrevivência, além de terem espaço para uma agricultura de subsistência, embora suas jornadas fossem exaustivas e tenham sofrido impacto em sua saúde.

No entanto, após 60 anos, as reservas se esgotaram e a área entrou em crise econômica. O rio que abastecia as cidades estava poluído e a produção de alimentos caiu, devido a contaminações do solo decorrentes de substâncias utilizadas na mineração. A população local foi fortemente reduzida e propriedades rurais foram abandonadas ou deixadas improdutivas. Os que tinham capital adquiriram fazendas nas regiões próximas; os demais se espalharam pelas regiões vizinhas ou mais longe, em busca de trabalhos urbanos, rurais ou na mineração. Em todas as classes sociais, a vida dos netos foi pior que a dos seus avós, que viveram o apogeu de Pasárgada.

Com o apoio da literatura indicada, comente a situação ficcional apresentada e identifique:

- Questões éticas implicadas no contexto descrito;
- Princípios jurídicos que foram formulados ao longo da evolução do direito ambiental, pertinentes à situação;
- Possíveis exemplos da aplicação desses princípios em políticas ambientais ou em decisões judiciais.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Ambiental**

ESPELHO DE CORREÇÃO

A fundamentação nos textos da bibliografia ocupa um peso importante na avaliação.

a) questões éticas implicadas no contexto descrito (4,0)

As discussões éticas se referem às discussões sobre justiça. O aspecto mais destacado no trecho refere-se à sua dimensão intergeracional, mas as condições de trabalho dos mineradores também devem ser identificadas como uma questão de justiça intrageracional.

Nas discussões de direito ambiental desponta o tema da justiça ambiental que aponta certos grupos sofrerem desproporcionalmente os gravames ambientais, e esse é o caso dos trabalhadores. A termo racismo ambiental pode ser usado. A dimensão intergeracional também é um elemento central na justiça ambiental, pois as gerações que esgotam e degradam seus recursos naturais e bem ambientais privam as gerações seguintes de qualidade de vida, incluindo vínculos culturais com o território, e/ou de condições de sobrevivência digna e satisfação de suas necessidades. Elementos de justiça intrageracional, projetado às gerações seguintes, podem ser identificados também no fato de terem os grupos com maiores recursos se adaptado melhor ao colapso de Passárgada.(3,0)

Alguns candidatos podem trazer categorizações das dimensões da justiça, tais quais a distributiva e corretiva e a social (que relaciona o desfavorecimento econômico, social e racial com a maior exposição a gravames ambientais - Kuhen). Ou mesmo referir a justiça de reconhecimento, que torna categorias tão vulneráveis que o fato de elas sofrerem gravames maiores se torna evidente (Schlossberg). Esta análise merece **1,0**.

Textos de apoio: Ana Maria Nusdeo; Robert Kuhen, Schlossberg

b) princípios jurídicos que foram formulados ao longo da evolução do direito ambiental, pertinentes à situação (3,0)

Quanto aos princípios aplicáveis, podem ser identificados principalmente os do acesso equitativo aos recursos naturais e o do desenvolvimento sustentável, devendo ser atribuída metade da nota a cada um.

O primeiro se refere ao acesso efetivo aos recursos naturais necessários para a vida: água, alimentos; ar puro, terra para plantar; e mesmo a serviços ecossistêmicos, o que se dá entre grupos sociais e entre gerações. Alguns podem lembrar que a necessidade de deslocamento afeta mesmo um "mínimo ecológico essencial", pois a degradação impede o acesso mínimo necessários aos bens ambientais.

Ao invés de acesso equitativo aos recursos pode ser referido o princípio da equidade intergeracional.

O princípio do desenvolvimento sustentável determina também a manutenção de condições para a satisfação das necessidades das futuras gerações, obrigando as decisões sobre o uso do recurso a levarem esse elemento em conta. Esse elemento central ao direito ambiental (intergeracionalidade) inseriu-se no conceito de desenvolvimento sustentável formulado no Relatório Brundtland (sustentável é o desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazerem suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras também fazê-lo) e pode ser usado no caso. Sob o ponto de vista jurídico, ele vem sendo considerado um princípio, que determina então sua observância pelo legislador, administração e julgadores. Neste caso, ele determina que o uso dos bens ambientais deve assegurar às gerações futuras condições de vida no mínimo equivalentes às atuais.

Autores: Nusdeo, Ana Maria e Paulo Affonso Machado e Alexandra Aragão, possivelmente Gerd Winter, que determina a primazia do elemento ambiental no sopesamento quanto aos aspectos econômicos e sociais.

c) possíveis exemplos da aplicação desses princípios em políticas ambientais ou em decisões judiciais. (3,0)

O caso mais emblemático é o caso da corte constitucional alemã Neubauer, no qual a se considerou inconstitucional uma lei porque ela, ao estabelecer metas de redução de emissões pouco ambiciosas no presente e um maior esforço no futuro, sobrecarregava as futuras gerações, diminuindo sua liberdade. Identificar este caso permite o valor total da subquestão.

Outros raciocínios se referem às políticas climáticas que buscam manter atividades econômicas num sentido compatível com a preservação do clima e dos recursos naturais para o futuro, idem quanto às de conservação da biodiversidade. Exemplos como medidas de controle da pesca e de recursos comuns, respeitando suas taxas de reprodução também podem ser lembrados.